



ONDE MORAM OS POBRES NA CIDADE? A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS INFORMAIS NA CIDADE DE MACEIÓ, ALAGOAS

Julio Cesar Oliveira de Souza
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

O presente artigo se propõe a fazer uma breve discussão sobre a produção desigual do espaço urbano, tendo como recorte de estudo a cidade de Maceió, no estado de Alagoas. De modo objetivo, compreender a formação de aglomerados subnormais ou favelas na citada cidade e como estes se inserem na lógica da urbe capitalista, foi uma preocupação constante. Inicialmente, um sucinto debate sobre a ilusão da inclusão e da igualdade que estão presentes na construção da cidade, compreendeu a primeira seção do artigo; as maneiras como os espaços urbanos se formam espontaneamente via conteúdos agregados a ele foi tema da segunda seção e na terceira, compreender a produção do espaço urbano de Maceió e de suas favelas outro tema discutido. Ao final do texto, apreendeu-se que Maceió absorveu a lógica da segregação sócio-espacial em sua população urbana, pois os locais dos pobres e dos ricos estão bem demarcados, sendo estes, eternizados na paisagem urbana da cidade.

Palavras-chave: Maceió, Aglomerados Subnormais, Favelas, Espaço Urbano.

¿DÓNDE VIVEN LOS POBRES EN LA CIUDAD? LA PRODUCCIÓN DE ESPACIOS URBANOS INFORMALES EN LA CIUDAD DE MACEIÓ, ALAGOAS

Resumen

El presente artículo se propone hacer una breve discusión sobre la producción desigual del espacio urbano, ha tenido como recorte de estudio la ciudad de Maceió, en el estado de Alagoas. De condición ecuánime, comprender la formación de amontonados subnormales o chabolas en la nombrada ciudad y como estos se insieren en la lógica de la urbe capitalista, fue una preocupación constante. Inicialmente, una pequeña discusión sobre la alusión de la inclusión y de la igualdad que están presentes en la construcción de la ciudad, comprendió la primera sección del artículo; la manera como los espacios urbanos se crean naturalmente vía contenidos añadidos a ello; fue asunto de la segunda sección y en la tercera, comprender la producción del espacio urbano de Maceió y percibir

la producción, otra cuestión discutida. Al final del texto, se aprendió que Maceió absolvió la lógica del rechazo socio-espacial en su población urbana, pues los hogares de los pobres y de los ricos están bien fijados, siendo estos, perdurados en el paisaje urbano de la ciudad.

Palabras-Llaves: Maceió, Amontonados Subnormales, Chabolas, Espacio, Urbano.

INTRODUÇÃO

A vida urbana pode ser observada em um prisma, pelo qual podemos ver as distintas faces e cores que formam as cidades; os muitos conteúdos e artifícios que molduraram uma paisagem que é essencialmente humana, pois nela, tudo converge e diverge de maneira intensa e contínua. Pensamos que ela [a cidade] nutre ilusões de um espaço em que as realizações humanas podem acontecer indefinidamente e que este, é um lugar que inclui e iguala todos que afluem.

Feita desta maneira, a localização de cada pessoa na cidade é determinada exatamente pelo tipo de conteúdo que este traz à mesma e como o reproduzirá. Então, inferir o local dos pobres e dos ricos nela acaba sendo uma realidade palpável da forma como se produziu o espaço urbano recente. Cidades brasileiras - a exemplo de Maceió, Alagoas - que experimentaram nos últimos 40 anos um incremento de sua população urbana sem a devida preparação, se vêm diante de um problema gerado pelo assentamento desta, que se deu de maneira precária ou anormal e que suscitou, com o crescimento desta mesma população, o aparecimento de complexos de favelas no tecido urbano.

Nesta perspectiva, este artigo visa fazer uma breve consideração acerca da situação subnormal de moradias, tendo como recorte analítico, o espaço urbano da cidade de Maceió, estado de Alagoas. O texto está dividido em três seções, onde na primeira, um conciso debate sobre a ilusão da inclusão e a ilusão da igualdade que estão presentes na produção das cidades e como estas a influenciam e se reproduzem; a seguir entender como os espaços urbanos, por meio dos conteúdos que a ele é agregado, pode ser constituir de forma espontânea será exercitado.

À terceira seção será dedicada a uma sucinta compreensão do espaço urbano de Maceió e de como este foi gerado buscando-se perceber, como os aglomerados subnormais e as favelas se formaram na cidade, onde se localizam e suas implicações na dinâmica social. Como toda cidade orientada a partir de conteúdos capitalistas, apreende-se que Maceió absorveu a lógica da segregação sócio-espacial de sua população urbana, pois os locais dos pobres e dos ricos estão bem demarcados, sendo estes, por meio da inoperância do poder público local, perpetuados na paisagem urbana de Maceió.

A ILUSÃO DA INCLUSÃO NAS CIDADES

Ainda embrionária, a concepção de espaços de inclusão social, na qual o acesso deveria ser garantido a todos os seus habitantes, esteve na proposta que se esperava das cidades, mas, o atual modo como a sociedade vem se refazendo, geraram transformações espaciais recentes constatadas na cidade,

particularmente, nas grandes, que exigem um esforço de interpretação de novos conceitos que surgem para lhe dar significado.

Mas, as propostas de explicação destes novos fenômenos dentro das cidades modernas, acabam, na verdade por fragmentar mais ainda uma compreensão da realidade. O que muda? Os objetos ou os processos que se preenchem de novas substâncias? Como o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, principalmente nas periferias do mundo urbano, age na consolidação de contradições sócio-espaciais?

Num esforço de entendimento, a crise de inclusão vista nas cidades é fruto de um processo mais amplo, que está na própria disseminação do capital e de seu sistema que se (re) cria em meio a contradições que lhe são próprias, mas que acabam ressoando em sua base física de manifestação, sendo que:

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. (MÉSZÁROS, 2002, p. 95)

Portanto, as cidades se vêem hoje diante de um momento de aprofundamento de suas contradições e o desfalecimento das ilusões inclusivas gestadas, pois as demandas, nas lentes do sistema do capital, só podem ser atendidas, se agregadas, separando-se assim, o que pode ser integrado e o que não atende esta condição, como o ambientalismo e o social, que se mostram díspares do processo dinâmico do capitalismo.

Esta falta de integração vista no capitalismo e reiterada na cidade, demonstra a natureza fluida do próprio sistema, pois não mantém a sua forma fixa, inerte com grande facilidade e reforçado por Bauman (2001, p. 08) que os “fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo”, deixa factível a iminente tensão que se abate no sistema do capital.

As práticas e os discursos vistos no espaço das cidades possuem uma conotação fluida como o capitalismo; os seus processos escorrem, vazam e se inundam de elementos teóricos e técnicos que não são como os líquidos, facilmente contidos (IDEM), que o preenchem de um sentido vazio de inclusão e quando se confronta os objetos gerados, estes sólidos, com formas definidas e explícitas na paisagem humana, se evidencia que os teores vazantes das práticas do sistema do capital nas cidades e encharcam as suas partes concretas.

Então contidas por tais práticas, os espaços da urbe se configuram seguindo uma lógica abstrata de inclusão, na qual o plano diretor, ao visar uma ordem pública no planejamento urbano e na ocupação dos lugares, secciona a própria cidade,

pois inibe a ampla participação dos agentes sociais também produtores do espaço. Para Corrêa (2011, p.44), estes [agentes sociais] são:

(...) os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades (...) mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade.

Em grande proporção são estes agentes que constroem o espaço urbano, na medida em que estes, em concordância com os exercícios ou os discursos produtivos que são utilizados, dotam as terras citadinas de estratégias e práticas espaciais que são condizentes com as atividades que lhe identificam como a produção de insumos industriais ou a promoção imobiliária, e neste sentido:

A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais (CORRÊA, 2011, p. 45).

Como um mundo cheio de possibilidades, assim se abrem as cidades, diante de olhos de incultos habitantes que as preenchem de expectativas, anseios e possibilidades, como uma *“mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais dedicado comensal poderia esperar provar de todos”* (BAUMAN, 2001, p. 75). São agentes sociais que produzem, de forma espontânea, o espaço das cidades, que trazem novos conteúdos, mas que se limitam pela falta de admissão e tentam *“andar sobre as costas do vento”*¹, mas caem em uma desilusão de inclusão nas cidades.

A ILUSÃO DA IGUALDADE NAS CIDADES

“Todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais do que os outros” com esta frase, George Orwell, inicia o capítulo que marca o clímax de sua obra *“A Revolução dos Bichos”*, uma fábula que convida a uma reflexão sobre o sistema socioeconômico ideal e o real; o imaginado, que iguala e abarca a todos e o verdadeiro; que diferencia e exclui, mas este é, ao final, que prevalece e sobrepuja o sistema imaginado.

As cidades, de certa forma, nascem acompanhando esta lógica da obra de Orwell do quimérico e do concretizado, pois quando de seu planejamento, um modelo urbano que objetive ser igualitário e inclusivo é dos pontos que os acompanham,

mas as práticas de tais arquétipos se revelam, na verdade, em um conjunto de medidas que só beneficiam uma pequena minoria dos agentes sociais produtores da cidade.

Do mesmo modo, nos planejamentos urbanos o que se nota é a exclusão de autênticos interesses que visem abarcar a parcela urbana abstraída das decisões, um processo que se concebia como igualitário a todos os habitantes da urbe, na verdade, torna-se mais igual para os agentes sociais congêneres (incorporadores imobiliários, indústrias, comércio...), inibindo que o contrário, possa acontecer.

Soja (1993) analisa que o Pós-Segunda Guerra Mundial foi um momento crucial para a reformulação dos debates que se desenvolviam sobre a produção do espaço urbano, pois os eventos que ocorreram deixaram claro o caráter mutável que as cidades adquiriam, principalmente com o avanço que o capitalismo experimentou naquela mesma ocasião. Cresce a importância do capital monopolista, a sua escala já se demonstra global e torna-se iminente que a urbanização também se adapte a esta nova lógica.

Deste modo, a própria urbanização derivada do capitalismo, se torna socialmente reveladora ao desvendar a própria dinâmica do sistema do capital no pós-guerra e, portanto:

A cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como ponto de controle de reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia as classes dominantes através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação de capital e da administração da crise (SOJA 1993, p.118).

Observa-se também que naquele momento, o espaço urbano é empurrado para uma posição de objeto valorativo, que se (re) significa variavelmente ao longo do tempo e de sua localização, no qual, os agentes sociais produtores do espaço citadino o revertem em uma mercadoria a ser consumida e desejada, num circuito reprodutivo que compete na própria auto-reprodução do capitalismo.

Haug (1997) argumenta que uma das facetas evidentes do capitalismo é a maneira como este impregna os objetos com uma “abstração e inovação estética” que estes não a têm além de “sensualizá-los”, ao ponto de atrelá-los a uma necessidade uso ou de posse pelo sujeito e o objeto aspirado.

Os incorporadores imobiliários ao vender o direito de consumo do espaço urbano por meio de lançamentos de imóveis, condomínios verticais e horizontais promovem o seccionamento da cidade em áreas de interesse do mercado, onde estas são feitas para gerar um fetiche pelos conteúdos que se agrupam como localização, mobilidade, serviços, lazer e proximidade com a natureza. Nos outros locais da cidade que ainda não suscitam nem um desejo de consumo, é lançada a

outra parcela de comensais do espaço urbano, menos propensos ao uso total do mesmo espaço.

Deste modo:

Toda pessoa, escreveu Marx nos *Manuscritos parisienses*, “especula sobre a possibilidade de criar no outro uma nova necessidade, a fim de obrigá-lo a um novo sacrifício, de impingir-lhe uma nova dependência, de induzi-lo a uma nova forma de prazer levando-o assim a ruína econômica” (HAUG, 1997, p. 30).

Então, produção e consumo de mercadorias são momentos dialeticamente relacionados, pois um processo é gerado quando há outro de mesma magnitude que o complemento e, portanto, cada qual depende, necessariamente, do outro. Entre estes processos, porém, há somente os que só produzem o objeto, mas não o consome, são estes os habitantes da orla central cidade, em áreas ainda não validadas pelo agente imobiliário; mas existem os consumidores, que não produzem o objeto, mas se utilizam deste, na franja litorânea e nas áreas centrais das cidades habitam esta parcela da população urbana, fortemente sugestionada pelo poder do setor imobiliário.

Portanto, a noção de cidade como um espaço de igualdade, na verdade se coloca como uma mera ilusão, pois o parcelamento do território urbano releva-se nocivo a uma grande parte dos habitantes, que não a acessam de modo pleno e irrestrito, imergindo em uma segregação quase consensual e que, salientado por Carlos (2006, p. 48), significa que

“o modo como à propriedade se realiza em nossa sociedade, construindo uma cidade de acessos desiguais aos lugares de realização da vida numa sociedade de classes onde os homens se situam dentro dela e no espaço de forma diferenciada e desigual”.

GERAÇÃO ESPONTÂNEA DE ESPAÇOS URBANOS

As substâncias que formam as cidades são extremamente heterogêneas, cada uma destas tem uma medida na sua produção, podendo ser material ou simbólica ao mesmo tempo. De modo concreto, a ilusão da inclusão e da igualdade que estão presentes na formação urbana é vivenciada por todos os agentes sociais de produção do espaço urbano.

Deste embate entre a cidade real e a imaginada é que se concretiza a forma urbana, deixa revelar, o caráter cumulativo que este encontro provoca, no qual o meio natural, as plantas industriais, as técnicas, as riquezas, os elementos da cultura social, os gêneros de vida, as circunstâncias, modulações e as extrusões do cotidiano são os conteúdos diversos que se sedimentam entre os agentes sociais e a produção do urbano. Serpa (2011, p. 101) reforça que:

Os conteúdos (objetos, indivíduos, situações) se excluem na diversidade, mas também se misturam e se superpõem como congregados, como “centralidades” de conteúdos diversos. Assim, o urbano, os centros urbanos são, a um só tempo, forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências.

Facilmente distinguíveis estes diferentes conteúdos são os constituintes dos vários lugares da cidade e também refletem as condições para a reprodução das relações sociais, políticas, culturais e econômicas vistas nas mais variadas escalas. O lugar, na cidade, é o palco das experiências do vivido, pois estes se materializam e se recompõem a partir das relações que nele se reconstituem (SERPA, 2011).

São as práticas do cotidiano nos “lugares” da cidade que denota a própria diferenciação sócio-espacial que a marca. Na mesma proporção, a distinção dos lugares também se dá pela divisão social do trabalho, que também se alinha a uma divisão territorial do mesmo. A expansão e a geração de complexidade no decorrer da urbanização são sinalizadoras desta separação.

Quando a divisão do trabalho é delineada nos espaços da cidade, seguindo muitas vezes a lógica mais conveniente para o sistema do capital, uma hierarquia interna se configura e dá origem a um enredo dicotômico que marca e secciona a cidade no par dialético centro-periferia que “ainda é operacional e expressa as contradições da reprodução do sistema capitalista ao redor do mundo” (SERPA, 2011, p. 99).

Acompanhando este ponto de vista, as periferias são sempre relativas ao centro e neste, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se daria a centralização das “criações”, não conseguem existir sem o intercâmbio, sem aproximações e sem relações com os lugares que estão em suas franjas ou em suas periferias. Estas são situações que foram resultados das orientações que pairam sobre o espaço urbano fruto da nova orientação do capitalismo.

A ruptura entre produção e consumo, como uma das características do capital “realmente elimina algumas das principais restrições do passado de maneira tão completa que os controladores da nova ordem socioeconômica podem adotar a crença de que o ‘céu é o limite” (MESZÁROS, 2002, p. 109), com este adágio em mente, as cidades que são produzidas pelos agentes imobiliários, acabam pagando o preço de um espaço urbano que segrega, exclui e que se desvincula da real função que a urbe deveria ter.

Sendo o ‘céu o limite’ à ação construtiva nas cidades por meios dos agentes citados que, na maioria das vezes, contam com o apoio irrestrito do estado via facilidades fiscais, legais, financeiras e institucionais quando não ainda, da concessão de terras, acabam por gerar o ‘ovo da serpente’ dentro do espaço urbano que neste eclode, calcado em irregularidades fundiárias, desequilíbrios ambientais, precárias ou inexistentes infraestruturas sanitárias, baixa mobilidade da população dentre outros problemas.

Nestas condições, o ferro e o vidro tão presentes nos sonhos de arquitetos para as cidades, dão lugar à outra forma de produção urbana, com materiais mais modestos e baratos, como os vistos nas favelas, principalmente nas do hemisfério sul do planeta. Um novo mundo urbano cresce entre as favelas que já dominam a paisagem da cidade contemporânea.

A 'grande leviatã' acunha que as 'superurbanizações' e as megacidades que surgem por todo o globo, a exemplo da região de Bos - Was ou San - San, nos Estados Unidos e São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas terão uma inevitável contribuição, dada, na verdade, pelo crescimento das favelas que irão flexibilizar e empurrar o limiar da área urbana a uma situação impensável pelo mais astuto planejador urbano. Este consumo voraz de espaços nas cidades se dará, invariavelmente, sobre as terras negligenciadas pela especulação imobiliária.

Este lugar urbano espontâneo nas cidades está atrelado à maneira pela qual se deu a compreensão do conteúdo capitalista na urbe, com a orientação para um estado mínimo nas questões sociais e que encontra entre os países terceiro-mundistas, um *locus* perfeito para a sua reprodução. Entre as décadas de 1970 e 1980, período em que se acentuam as reorientações políticas e econômicas aos países do terceiro mundo, enredo no qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial tiveram parte, também marca o "boom" da pobreza em várias partes do mundo, sobretudo entre os países do hemisfério sul.

Reforçando este cenário, Maricato (2006) exemplifica que o período acima, para muitos países, em essência, os do terceiro mundo, foi marcado por um abandono das estratégias de desenvolvimento outrora traçadas e que deixaram, como resultado, um débito social ainda insolúvel. A "grande depressão" econômica e social entre as décadas de 1970 e 1980 em países como os da América Latina, foi revelador do tipo de posologia administrada pelo FMI e seus congêneres, que culmina com uma forte reestruturação de órgãos de governos municipais, estaduais e federais e orientando suas práticas.

Décadas de imobilidade nas questões sociais, principalmente as que tangem a política trabalhista e imobiliária, recaem como uma avalanche sobre uma sociedade já estigmatizada pela informalidade econômica, a segregação territorial histórica, sem acesso a total seguridade social e o emprego pleno. Na verdade, a nenhuma ou a pouca correção destas mazelas sociais no tempo, só foram agravadas pela globalização e as políticas (re) estruturantes no estado nacional, não sendo estes os responsáveis imediatos, pois em um país onde a esfera social é profundamente desigual, a correção de tais mazelas passa, sobretudo, por um realinhamento estrutural endógeno.

Na morfologia das cidades a qualquer observador é evidente o intenso espraiamento das periferias abandonadas ou da favelização de muitas áreas. O Brasil, no início da década de 1980 se vê diante de tal situação, não que o problema já não estivesse lá antes. A liberação da mão-de-obra escrava no fim do século XIX e início do XX em cidades como Recife e Rio de Janeiro principiam o erguimento de favelas nas mesmas. Em Maceió, a crise ocasionada pela transição entre os antigos engenhos bangües e as usinas em meados do último século é veiculada a uma forte dispensa de força de trabalho do setor e que culmina para o início da ocupação irregular na cidade.

Maricato (2006, p. 215) ao analisar dados do IBGE sobre a questão urbana no Brasil, salienta que “enquanto a população brasileira cresceu 1,9% ao ano entre 1980 e 1991, e 1,6% entre 1991 e 2000, a população favelada cresceu respectivamente 7,65 e 4,18%”. Estes dados deixam incontestáveis que os anos de desassistência para com as questões habitacionais cobraram o seu preço na construção de um espaço urbano intensamente desigual.

Viver na favela é também conviver com a violência em todas as vertentes, o abandono sanitário, as condições ambientais insalubres que se entranham como uma maléfica simbiose entre pobreza-segregação. Estes problemas são somente a ponta de um gigantesco iceberg que se avista nas cidades do Brasil, que recuou nos investimentos em política pública quando este deveria ter sido ampliado.

Nos últimos anos, as taxas de violência e homicídios no Brasil têm aumentado fato que pode ser constatado em cada poro das cidades pela total irresponsabilidade com as políticas sociais voltadas para menores infratores, detentos ou até mesmo assistência habitacional. Estas situações são tratadas em um ambiente de desemprego e desigualdade galopante e que fomentam organizações criminais, como uma alternativa de ocupação para jovens sem perspectivas.

Exemplar deste quadro, Alagoas emergiu nos últimos cinco anos, em uma espiral de violência, mesmo que o sinal verde da modernização estadual parece ter sido ascendido, a herança de anos de imobilidade social ainda não recuou. O estado encerrou o ano de 2010 com a maior taxa de homicídios do Brasil, proporcionalmente ao número de habitantes. Foram setenta mortes por 100 mil habitantes, mas que o dobro de outras unidades federativas.

No quesito pobreza, segundo dados do IBGE e PNUD (2010) seis em cada dez alagoanos vivem na miséria, e o estado tem o pior índice de desenvolvimento humano do Brasil. Mas de 30% da população depende de programas assistências de renda mínima, como a Bolsa Família, portanto, não é surpresa que as vítimas de homicídios sejam, em sua maioria, homens, jovens, negros e pobres. Partes destes vitimados estão envolvidos com o tráfico de drogas.

Portanto, reconhecer as questões que envolvem a expansão das favelas nas grandes cidades, é também debater-se na mesma proporção, com as situações que abarcam a violência urbana e que tem em locais de pouca assistência pública, o campo fértil para as respostas brutais que os pobres urbanos dão à cidade.

MACEIÓ, UM PRODUTO URBANO DESIGUAL

Dos 3,037 milhões de alagoanos, cerca de 71,4% reside nas áreas urbanas dos municípios (2,167 milhões em números absolutos), embora seja um índice de urbanização menor do que as médias brasileira (83,8%) e nordestina (72,4 %) (IBGE, 2010). Entretanto, este contingente urbano, é extremamente concentrado em Maceió, 889.555 pessoas, ou seja, 41% da população urbana alagoana residem nesta cidade, contra 163.093 pessoas residentes na área urbana de Arapiraca, a segunda maior cidade alagoana (IBGE, IDEM). Por sua vez, 99% da população maceioense vivem na área urbana do município que possui aproximadamente 513,55km², a área urbana equivale a 39% da área total ou

191,8km² (PMM, 2005). As cidades de Alagoas apresentam poucas oportunidades de emprego e renda, que se revertem, conforme Carvalho (2010, p. 17) em um processo de urbanização que:

(...) não foi realizado pela atração das oportunidades nas novas empresas e, por isso, esse aumento espetacular da população nas cidades fez crescer dois setores distintos. O primeiro é o da economia informal, principalmente na área de serviços e comércio, concentrada nos bairros periféricos da capital e nas cidades do interior. A economia informal emprega ou dá ocupação a dois de cada três trabalhadores urbanos em Alagoas. O segundo é a parcela marginalizada, a população que sobrevive de atividades irregulares, como a que está concentrada nos quase 300 aglomerados subnormais da capital.

Ao passar dos anos, fatores locacionais, como a existência de uma zona portuária, a presença do aeroporto, rede de circulação periurbana, a concentração da classe média regional e abrigar a sede do poder econômico e político fez de Maceió, naturalmente, o principal chamariz aos investimentos em Alagoas. Ao longo de décadas, Carvalho (2010) salienta que se implanta na capital um setor de serviços e uma rede comercial desenhadas para servir a todas as regiões do estado e devido a isto, eles absorvem muita mão-de-obra, formal ou informal.

As indústrias que não são sucroalcooleiras, segundo Carvalho (IDEM), estão quase todas em Maceió, desde a pioneira Fábrica Carmen, primeira indústria têxtil do estado (fundada em 1857 e desativada em 2009); a atual Braskem (que entra em operação em 1977 - após pareceu contra a sua instalação na restinga de Maceió, devido ao iminente risco que a planta químico-industrial poderia ocasionar – com o nome de Salgema, depois Triken), a maior produtora de cloro-sódio da América Latina; a Socôco, indústria de beneficiamento de coco; o Pólo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante que reúne indústrias de médio porte de derivados plásticos, produtos de limpeza e gêneros alimentícios.

O comércio e a oferta de serviços também se centralizam em Maceió, com a vinda de grandes redes de hipermercados varejistas que aproveitam o crescimento urbano da capital para expandir a sua rede de filiais para a parte oeste e norte da cidade. Após 20 anos da abertura de seu primeiro *shopping center*, Maceió, em menos de 5 anos abrigará mais dois: um já em funcionamento na área de expansão imobiliária oeste e outro em construção no litoral norte. Também na capital, está situado o principal pólo turístico regional, que abriga a maior rede hoteleira de Alagoas.

Todos estes fatores relevam, por outro lado, o retrato fiel do modelo concentrador de renda já visto no Brasil, no período colonial, e que se mantém forte em Alagoas. Maceió já nasce como uma capital concentrada e este papel só foi fortalecido nos últimos anos. Segundo Carvalho (2010, p. 33):

(...) o somatório de tudo é que Maceió produz 48% da riqueza estadual. E isso traz um problema crônico: por ter mais vantagens competitivas, como a melhor infraestrutura e o mercado consumidor amplo, a cidade continua atraindo mais empresas, ajudando nessa concentração de riquezas.

Na capital alagoana, a parcela da população que migrou para a mesma, acabou não sendo absorvida pelo mercado de trabalho formal e somou-se a já existente parcela dos habitantes imersos na informalidade, tanto de trabalho, como de moradia, como já ocorre em várias partes do Brasil. No entanto, a dimensão que o número de habitantes de assentamentos subnormais e favelas assumem em Maceió em relação à população total é alarmante: 10,6% da população municipal (121,9 mil) moram em assentamentos precários (IBGE, 2010). Este fato é reforçado por Lins (2010, p. 4 e 5):

Em relação à dimensão da pobreza medida através da renda da população, em 2000, 36% das famílias residentes em Maceió estavam abaixo da linha de pobreza, cerca de 80 mil e 600 famílias, metade das quais estavam abaixo da linha de indigência. No que concerne à concentração de renda, observa-se que, enquanto 59% das famílias tinham um rendimento mensal *per capita* de até 1 salário mínimo, 4% das famílias recebiam 10 vezes mais.

Seguindo a mesma lógica que nutre as cidades capitalistas, os assentamentos subnormais em Maceió se localizam naquelas áreas que não são valorizadas pelos incorporadores imobiliários, as “desprezadas” pelo mercado formal de habitação, fatalmente sem nenhuma condição infra-estrutural de moradia, seguem outra lógica análoga ao mercado formal, mas regra ao mercado informal, a da *necessidade*.

LUGAR URBANO ESPONTÂNEO: FAVELAS E AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM MACEIÓ

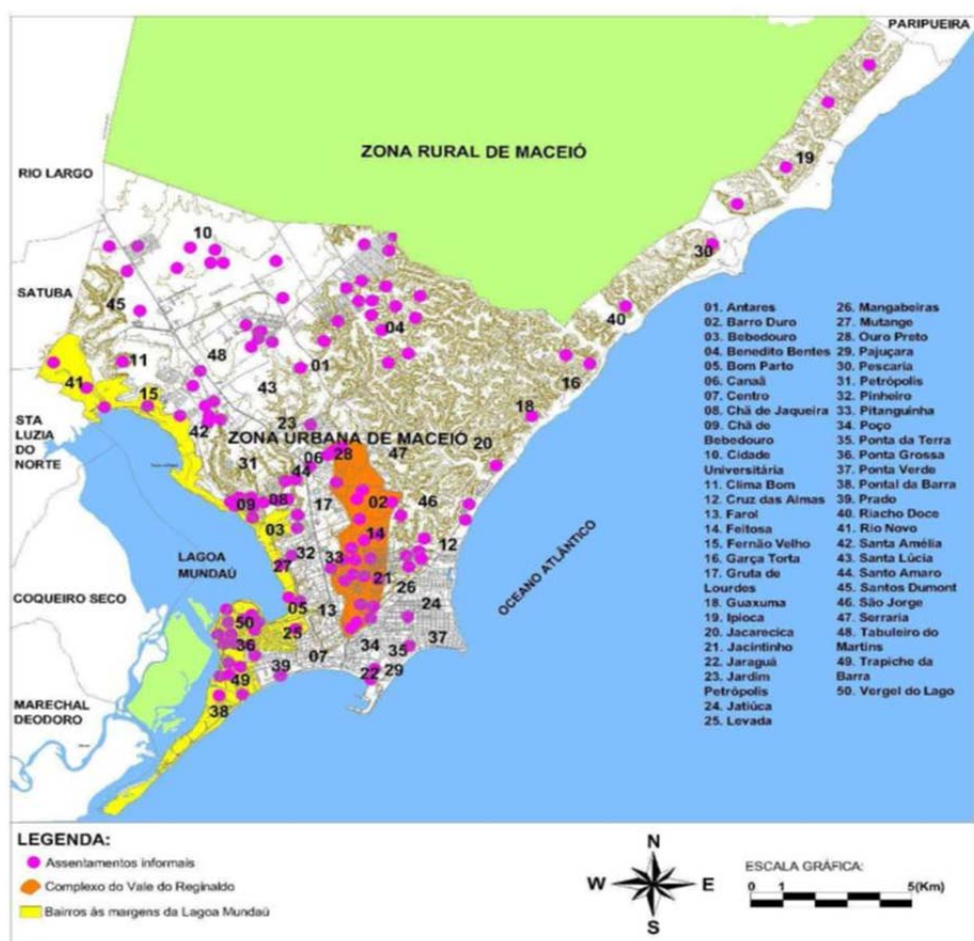
Da região nordeste, conforme conclui o estudo sobre assentamentos precários do Ministério das Cidades (2007)ⁱⁱ, a dita Região Metropolitana de Maceióⁱⁱⁱ é a que apresenta o maior percentual de população e domicílios em assentamentos subnormais. A estimativa do número e da proporção de domicílios e pessoas em assentamentos precários na Região Metropolitana de Maceió é de 19.249 domicílios (8,16% do total) e 79.459 pessoas (8,44% do total). A forma urbana que a cidade assumiu é condizente com a maneira pela qual se deu a ocupação de seu espaço físico-natural.

O sítio urbano de Maceió, organizou-se sobre três planos geomorfológicos distintos: as *planícies flúvio-lagunar-marítima* com uma altitude variando de 1 a 3

metros; *terraço pleistocênico deposicional* variando de 8 a 10 metros de altitude e os *tabuleiros sedimentares terciários*, com altitude variando de 40 a 80 metros que corresponde a morfoestrutura que se estende por toda a porção oeste e norte da cidade. Neste último plano, os vales formados pela ação de dissecação dos rios que correm para o oceano é que dão origem as grotas na capital.

Os terrenos ambientalmente frágeis, os abandonados pela cidade formal, são os ocupados pela parcela da população de baixa renda e que corresponde a orla da laguna Mundaú, os tabuleiros costeiros, margens do riacho Reginaldo/Salgadinho e grotas. Nas periferias urbanas, afastadas do centro da cidade, também são encontrados população de baixa renda, mas a ocupação obedece, em grande parte a lógica do estado, via unidades habitacionais (Figura 1).

Figura 1. Espacialização dos Bairros e Assentamentos Informais na Cidade de Maceió



Fonte: Base Cartográfica PMM, 2001. Adaptado por Lins, 2010.

As denominações das grotas que dominam a paisagem urbana de Maceió, conforme Lins (2010) definem a localização das habitações: 'Grota do Ouro Preto, Grota do Canaã, Grota do Santo Amaro, Grota do Arroz, Grota da Alegria, Grota da Caveira, Grota do Cigano, Encosta da Gruta' dentre outras. Mas, a dimensão

que a ocupação do vale do rio Reginaldo/Salgadinho tem na paisagem subnormal de Maceió, que se estende por oito bairros, é representativa de toda esta configuração urbana da cidade. Esta área começou a ser ocupada a partir da década de 1950, segundo a Prefeitura de Maceió (2005) (Figura 2).

Figura 2. Ocupação Subnormal no Vale do Rio Reginaldo, Maceió.



Fonte: LGA/IGDEMA/UFAL, 2006.

As margens da laguna Mundaú abriga 10 dos 50 bairros de Maceió sendo que estes correspondem aos de mais antiga ocupação da capital, mas na região também se destaca a imensa ocupação por favelas que se alocam às margens da laguna nas quais, papelão, plástico, madeira e lona servem de material de construção. A vida dos habitantes do complexo de favelas lagunares do Dique Estrada, localmente conhecidas como “Mundaú”, “Sururu de Capote”, “Dique Estrada”, “Muvuca” e “Torre” é atrelada a extração do sururu da laguna, molusco que responde por boa parte da geração de renda entre os habitantes das favelas citadas (Figura 3).

Viver nesta área representa conviver com a desassistência pública em todas as dimensões, ter sempre a sombra da insegurança ao lado e habituar-se aos desastres ambientais. A supressão da antiga proteção natural que o mangue oferecia às margens da laguna e, alinhada à alta fragilidade do solo deixam estas formas de habitação completamente suscetíveis a alagamentos, doenças de veiculação hídricas e as próprias de condições insalubres, sem mencionar que a disposição das moradias, em becos estreitos e sem saída, fazem das favelas verdadeiros pontos inflamáveis para tragédias.

Em mais de 20 anos de existência deste complexo de favelas lagunares, houve muitas intervenções públicas para a remoção da população com a construção de conjuntos em outras áreas de Maceió, principalmente na parte alta da cidade, mas mesmo assim, muitos moradores acabam voltando para área, alegando que

as novas habitações não ofereciam condições de renda como a antiga área, próxima ao Centro da cidade e da laguna, garantiria, mesmo que minimamente, alguma fonte de sobrevivência.

Figura 3. Localização das Favelas as margens da laguna Mundaú, Maceió.



Fonte: Base Cartográfica PMM, adaptado por Melo, 2010.

O estudo de Melo (2010) apontou que 98,7% dos domicílios naquele complexo de favelas, não possuem nenhuma estrutura de deposição de resíduos sanitários, a maioria não tem sequer banheiro ou sanitário e os demais despejam seus resíduos em valas a céu aberto ou na própria laguna Mundaú. Igualmente os outros tipos de serviços urbanos, são extremamente precários que, na falta destes, são improvisados pelos moradores.

Nos tabuleiros sedimentares terciários, a parte alta da cidade, também se encontram os pobres de Maceió. A periferia nesta área se localiza nos bairros do Benedito Bentes, Tabuleiro do Martins, Clima Bom e Cidade Universitária. Foram nestes bairros que o poder público construiu os conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda nos últimos anos.

Mas junto aos conjuntos habitacionais, também se ergueram moradias precárias nas grotas e encostas como também nas áreas públicas dos mesmos e que pressionam a já frágil infra-estrutura urbana implantada e colocaram estas novas áreas sob o fantasma da violência urbana. Somente no bairro de Benedito Bentes, passaram a habitar mais de 50 mil pessoas.

Este espaço urbano produzido de maneira acéfala é o retrato fidedigno das desigualdades sócio-espaciais que foram orquestradas nas últimas décadas em Maceió, na qual o crescimento urbano iniciado na década de 1960 encontrou sérias carências de infra-estrutura e estas, foram cruciais na fomentação de um cenário de segregação físico-espacial da cidade, mas que também é revelador do fragilizado quadro socioeconômico de Alagoas. Spósito reforça que:

Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (2011, p. 129).

Diferentes pessoas movimentam-se pelas cidades e se apropriam de seus espaços das mais diversas formas, segundo interesses e escolhas coletivas ou individuais, mas também, as determinações históricas contribuem para que o espaço urbano tome forma, pois as várias formas de segmentação desde a etária até as preferências de consumo produzem a entidade urbana que lhes são peculiares.

Os tecidos urbanos que são produzidos mediante tal conteúdo desigual tornam-se cada vez mais descontínuos, pois estes lugares urbanos feitos de maneira espontânea, não se interligam plenamente a dinâmica socioeconômica da cidade. O local dos pobres na cidade são territorialmente descontínuos à morfologia da urbe, são o lócus de toda a sorte de carências e de todo tipo de ausências.

Sob a égide do capitalismo contemporâneo, o local dos pobres na cidade não se define somente pela relação centro-periferia, na qual os pobres são os perifizados e, aos mais ricos, são destinadas as áreas centrais e as franjas destas, dotadas do que a cidade tem de melhor em termos de estrutura e meios de consumo. Os sistemas de segurança urbana também oferecem as novas condições para que o seccionamento possa se aprofundar, pois a violência é um estigma em aberto nos assentamentos precários e nas favelas.

Maceió vem experimentando nos últimos cinco anos, grandes investimentos voltados a sua expansão urbana com a abertura de novas vias de circulação para conectar de modo mais eficiente toda a cidade; novos empreendimentos imobiliários e comerciais vão se instalando em várias partes da cidade, mas propostas voltadas a resolução dos problemas dos assentamentos precários ainda não tomaram o corpo necessário nas decisões do poder público local.

CONCLUSÃO

Vivemos em um espaço urbano que ainda acredita ser inclusivo e igualitário na mesma proporção; no qual todos os agentes sociais constituintes da cidade têm o mesmo papel na produção urbana; uma espécie de êxtase coletivo parece tomar conta de uma ampla parcela da sociedade que ainda vê a cidade como o lugar

ideal as realizações da humanidade, em que se crê na ilusão plena de um espaço totalmente presente as vontades e desejos de sua população.

Transformações engendradas nas cidades nos decênios têm sido recebidas de maneira distinta entre os agentes que a produzem e algumas, têm aprofundado e segregado ainda mais o espaço urbano, que vem se constituindo cada vez mais descontínuo e em tal enredo, o poder público, alinhando-se aos desígnios do sistema do capital, atua como um indutor quase direto de tais práticas.

O produto urbano gerado na cidade de Maceió é o resultado de vários anos de inobservância da real capacidade que a cidade tinha de abrigar um crescimento intra-urbano e de acolher outro interurbano. A cidade não se adaptou a este fenômeno e o efeito, em primeira instância, foi a proliferação de moradias precárias e subnormais nas áreas não interessantes ao mercado imobiliário e outra conseqüência, foi constatar que mais de 10% da população urbana vive neste tipo de habitação.

O poder público local viu este tipo de moradia proliferar e tornar-se elemento da paisagem urbana da cidade, sem tomar medidas concretas para estancar a situação, que além de ser prejudicial aos moradores destes tipos de assentamentos devido à ausência de qualidade de vida, compromete social e ambientalmente a própria cidade.

Nestes casos, o Estado agiu, na perspectiva de legitimar as suas ações junto a população segregada sócio e espacialmente, através de medidas como a construções de conjuntos habitacionais em outras áreas da cidade que embora dotados de uma infraestrutura urbana mínima, são carentes de outras como a garantia de renda e mobilidade da população, legitimando uma segregação com o respaldo do poder público, retirando o que é 'feito' a uma parte da cidade e colocando em outra mais adequada, em geral, as periferias do centro urbano.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em fevereiro de 2012.

_____, **PNUD**. Disponível em < www.ibge.gov.br . Acesso em fevereiro de 2012.

_____, **SIS 2010**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em fevereiro de 2012.

_____, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano, 2007**. Disponível em www.cidades.gov.br. Acesso em 08 em fevereiro de 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A segregação como fundamento da crise urbana**. In: SILVA, José Borzacchiolo da *et al* (orgs.). **Panorama da geografia brasileira, volume II**. São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, Cicero Pércles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al* (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

HAUG, Wolfgang. **Crítica da estética da mercadoria**. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LINS, Regina Dulce Barbosa. **Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. Avaliação do plano diretor de Maceió, capital do estado de Alagoas**. Junho de 2010.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento SMPD; Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM; Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA. **Plano diretor municipal**. Documento de Informações Básicas - DIB (Volume 2, versão preliminar não revisado). Maio de 2005.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MELO, Tainá Silva; LINS, Regina Dulce Barbosa. **O fenômeno dos assentamentos humanos precários em áreas urbanas ambientalmente frágeis: o caso das favelas do Dique-Estrada, em Maceió, Alagoas**. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Anais... Florianópolis, outubro de 2010.

SERPA, Ângelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al* (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al* (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

Contato com o autor: jcsouzas@yahoo.com.br

Recebido em: 27/06/2015

Aprovado em: 05/11/2015

ⁱ James P. Barrie em Peter Pan.

ⁱⁱ Assentamentos Precários no Brasil Urbano, 2007.

ⁱⁱⁱ A Região Metropolitana de Maceió é constituída pelos municípios de Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.